

Em Torno da Guerra e do Pacifismo

About War and Pacifism

*Betty Bernardo Fuks*¹

Resumo

O artigo apresenta algumas das principais reflexões de Freud sobre os temas da guerra e do pacifismo. Partindo do texto “Da guerra e morte. Temas da atualidade”, escrito durante a Primeira Guerra Mundial, a autora mostra de que modo Freud estabeleceu a incursão da psicanálise no campo da política e de que modo esta conexão exige do analista manter sua escuta voltada para a singularidade contemporânea. Conclui que em relação a dimensão catastrófica do psiquismo, que podemos observar hoje, por exemplo, na passagem ao ato violento; na delinquência; na toxicomania; no totalitarismo que se coloca acima da lei e no fundamentalismo como instrumento da lei divina etc, importa salientar que a existência desses novos modos de expressão dos sintomas, põe à prova o dever da psicanálise. Lança, por fim, a aposta: o futuro da psicanálise depende da responsabilidade do analista em manter seu trabalho voltado à dinâmica psíquica do sujeito, individual ou coletivo, sem abrir mão do rigor dos conceitos freudianos.

Palavras-chave: Guerra; pacifismo; narcisismo das pequenas diferenças; política.

Abstract

The article presents some of the main reflections of Freud on the themes of war and pacifism from the text “About war and death. Current topics”, written during the First World War, the author shows how Freud included psychoanalysis in politics and how this connection requests from the analyst the maintainance of his attention facing the singular contemporaneity. It concludes that for catastrophic dimension of the psyche, we can observe today, for example, in switching to the violent act, in delinquency, in drug abuse; in totalitarism that stands above the law and fundamentalism as an instrument of divine law etc, it should be noted that the existence of these new modes of expression of symptoms tests the becoming of psychoanalysis. There is, finally, a bet: the future of psychoanalysis depends on the analysts’ responsibility to keep their work focused on the individual or collective subject of psychic dynamics, without sacrificing the rigor of Freudian concepts.

Keywords: War; pacifismo; narcissism of small differences; politics.

Recebido em 15 de outubro de 2012
Aprovado em 22 de novembro de 2012
Publicado em 28 de dezembro de 2012

Se for verdade que o principal legado de Freud tenha sido a fundamentação de um método de cura no qual um homem, falando para um outro, encontra alívio à dor, também é certo que a psicanálise inovou, de forma radical e irreversível, o modo de refletir e pensar a cultura. Fonte inesgotável de sentidos diversos sobre a vida e a morte, as múltiplas vozes desta figura - a cultura - serviram de matéria prima à elaboração da teoria freudiana, durante um período em que quase todos os aspectos da vida social e das idéias sofriam grandes transformações no Ocidente.

Na esteira destas mudanças, o mestre de Viena abandona a clássica concepção de uma divisão entre psicologia individual e psicologia coletiva, colocando-as no mesmo espaço de esclarecimento. De acordo com sua experiência clínica, passou a considerar como fenômeno social toda e qualquer atitude do indivíduo em relação ao outro: a experiência subjetiva, objeto privilegiado do trabalho analítico, implica, necessariamente, na referência do sujeito ao outro (pais, irmãos, pessoa amada, analista etc...) e à linguagem (Outro) que o determina simbolicamente. No plano do coletivo, a vida social apenas apresenta unidades cada vez mais amplas, sempre obedientes às mesmas leis que marcam o indivíduo.

A abordagem dos fenômenos psíquicos assim formalizada descortinou uma outra oposição: o conflito entre vida social e os processos de não reconhecimento do outro, chamados narcísicos. Sob este novo registro, Freud afirmou a prática psicanalítica como a especificidade de sua invenção, ao mesmo tempo em que, levando as consequências da descoberta do inconsciente até o fim, estendia seu entendimento aos sintomas e ao mal-estar da coletividade humana. Assim, rapidamente ele começou a construir um complexo instrumental teórico sobre cultura, totalmente articulado com as bases do saber psicanalítico, onde o fato da "outra cena" (expressão utilizada por Freud para designar o inconsciente)

se apresentar como individual ou coletiva não tem qualquer importância conceitual. (Freud, 1921/ 1974a)

Em base a este princípio e mesmo tendo reconhecido que o método psicanalítico jamais poderia ser aplicado ao coletivo, na medida em que nenhum analista é capaz de submeter a massa à transferência analítica, Freud passa a consagrar a essência de seus interesses intelectuais e forças criadoras aos processos de construção e destruição da cultura, tornando-se, desta forma, um crítico da cultura que testemunhou.

No início da década de 20, Viena estava sendo tomada pelo nazifascismo. Freud identificou nesse fenômeno de massa o retorno de uma política obscurantista, tendenciosa à união da maioria em base à exclusão da alteridade. Foi sob este tempo histórico que, dando continuidade às questões levantadas em seu texto "Da guerra e morte. Temas da atualidade", escrito durante a Primeira Guerra Mundial, sistematizou e aprofundou a incursão da psicanálise no campo da política. Ainda que raramente esse termo apareça designado como tal em sua obra, em "Psicologia das massas e análise do eu", "Mal-estar na cultura", e "Moisés e o monoteísmo" - escrito sob a vigência do regime nazista, durante seu êxodo forçado de Viena e quando já estava em Londres - são textos que testemunham as inquietações do criador da psicanálise para com a política do ódio que então se perfilava no leste da Europa. (Freud, 1921/ 1974a, 1930-1929/ 1974b e 1939/ 1974c)

Inaugurando esta trilogia, o primeiro texto acentua o inconsciente como dimensão da cultura. Freud examina, simultaneamente, as relações do eu e da massa moderna com o outro. Como o eu, a multidão tem dois objetivos: controlar as excitações externas, dominando as forças da natureza, e regular as tensões internas de seus membros. Os homens são como os porcos espinhos da parábola de Shopenhauer, ci-

tada logo no início das argumentações de Freud: precisam encontrar uma boa distância entre si para não morrer de frio num dia gelado de inverno e obter calor. Caso contrário, não conseguem evitar a desgraça da dor de espetarem-se mutuamente. Devem aprender a estar juntos separadamente, para dar conta do mal-estar. Mas isso não basta para regular a tensão interna à sociedade humana, os conflitos entre o amor e o ódio, as parcelas inconquistáveis de barbárie e as polarizações entre as instâncias psíquicas (Eu, Isso, Supereu). É preciso, nos diz Freud, o grupo produzir seu outro a partir do qual forja sua própria identidade, diferenciando-se e defendendo-se dessa alteridade, eliminando as diferenças internas, forjando uma unidade fictícia com o objetivo de perpetuar sua dominação real.

De que forma Freud desenvolveu esta questão? Por um lado o trabalho analítico se apoiou no mito do assassinato do pai, mito sobre a gênese da cultura: num princípio, quando homens pré-históricos vagavam pelo mundo, existia um pai tirânico e cruel, que pelo uso da força, expulsou os filhos de seu habitat, tomando para si a posse absoluta de todas as mulheres. Afetados pelo ódio, estes se rebelam contra seu excesso, retornam à horda primitiva e, num ato de violência coletiva matam aquele chefe selvagem. Em seguida, devoram o cadáver numa tentativa de incorporação da potência do objeto que haviam assassinado. Assim, ao lado de tão intenso ódio, nasceu o amor por aquele que, certamente, em se tratando do mais forte do bando, poderia proteger a todos. Esta ambivalência de sentimentos acabou gerando intensos remorsos, um sentimento de culpa avassalador nos filhos assassinos que, negando o parricídio - pela operação do recalque (o que deve permanecer esquecido) -, dão partida à uma nova ordem social. Desse momento em diante, ficou terminantemente proibido a qualquer um dos filhos ocupar o lugar do pai da pré-história. A complexidade desse lugar vacante em torno do qual foi estruturada a fratria mítica, o laço social cons-

truído para impedir o retorno do estado de isolamento, submissão e despotismo em que viviam na horda, traduz a importância da alteridade como condição do fundamento dos laços sociais. (Freud, 1913-1912/ 1974d)

No curso da civilização a ordem social é, de tempos em tempos, abalada pelo retorno da figura de excesso: no cerne do social, um morto - o pai da horda - habita virtualmente o vivo - o líder da multidão moderna. Antes de continuar, é preciso observar que a utilização do mito como grade de leitura à história política moderna, só é possível em base à premissa de que a psicanálise está articulada sobre um processo que é o centro mesmo do descobrimento freudiano: o *retorno do recalado*. Trata-se de um conceito que subverte o modo de historiar oficial. Enquanto na historiografia a cena do passado e a do presente estão submetidas ao tempo linear, na psicanálise elas devem de ser conjugadas uma na outra, concomitantemente. Junto ao mito, outros instrumentos de trabalho psicanalítico - os conceitos de identificação, eu ideal, ideal do eu e idealização - foram também empregados para dissecar o cenário histórico moderno.

As massas desenvolvem, ganham e mantêm o poder, a partir do momento em que seus membros colocam um só e mesmo objeto - o líder - no lugar da Ausência constitutiva da cultura. Tendo como modelo de estudo o funcionamento de duas massas artificiais - a Igreja e o Exército - Freud se concentrou em demonstrar que o objeto amado e idealizado, elevado à condição de eu ideal, é o eixo central que sustenta a comunidade de crentes e o exército. Ele comanda as ligações de cada indivíduo com o chefe - modelo privilegiado de identificação - e com os outros indivíduos da massa. Em nome do amor à unidade, ficam abolidas as vontades individuais. A falta de liberdade do indivíduo dentro da massa é, para dizê-lo em termos freudianos, o fenômeno principal da psicologia das massas.

O que isto significa? Significa que a coesão entre os membros se dá, necessariamente, por força da coação externa - o ideal - e que o sacrifício da subjetividade exigido a cada um obtém, como contrapartida, a convicção de se fazer filho querido do *Führer*, cuja vontade se confunde com a lei. Desta ilusão depende a ligação que une a todos. Na modernidade, a transmutação da figura do pai da horda em pai ideal, pela divinização do líder, traduz o retorno do religioso ao político. Como o estado religioso, a ilusão de que o líder carismático tem o poder de “salvar” a todos do desamparo primordial e da angústia real assegura as reivindicações narcísicas de cada membro.

Entretanto, essa operação só obterá pleno êxito se for possível apagar a ambivalência amor-ódio no interior do grupo. Na psicologia das massas, o ódio, sempre mais antigo que o amor, encontra um escoadouro adequado: dirigi-lo contra o estrangeiro cuja existência e permanente exclusão obtém, como contrapartida, a coesão comunitária. Ou seja, a palavra de ordem é reprimir a hostilidade e o ódio contra o idêntico a quem se ama, para dirigi-los ao outro, a malvada alteridade. Unida pela imagem de idênticos ocupados em reenviar o ódio contra o “de fora”, o outro, a massa consolida as bases políticas. “Amarás o próximo como a ti mesmo”. A interpretação freudiana desse mandamento, enunciado no Antigo Testamento mas transformado em imperativo categórico no Novo Testamento, é colorida de indignação: em nome do amor em favor de todos aqueles a quem abraçam, as organizações permitem e incitam a crueldade e a intolerância aos que não desejam aderir às causas ideológicas, as visões de mundo que veiculam.

Este fenômeno grupal de amor entre si e ódio ao outro, Freud denominou de *narcisismo das pequenas diferenças*. O termo narcisismo entra para o vocabulário psicanalítico para designar o modo como o sujeito encontra em si mesmo um objeto de

gozo sexual. Quando aplicado às massas o conceito designa a insuflação amorosa da identidade coletiva obtida. Já o termo “pequenas diferenças” foi cunhado para descrever o processo pelo qual, sob a égide do ideal de supremacia, a intolerância ao outro é exibida muito mais intensamente contra as diferenças próximas do que contra às fundamentais. (Freud, 1921/ 1974a)

Em termos normais o “narcisismo das pequenas diferenças” está na base da constituição do “nós” e do outro, na fronteira que tem por função resguardar o narcisismo da unidade. Trata-se de um fenômeno que ocorre na tensão que existe entre povos vizinhos (por exemplo, as rixas entre brasileiros e argentinos), entre indivíduos de estados diferentes de um mesmo país (entre cariocas e paulistas), ou até mesmo dentro de uma mesma cidade (entre a zona sul e a zona norte). Ou seja, são pequenas diferenças reais que impedem que o outro seja um perfeito semelhante, o que significa que o ódio não nasce da distância, mas da proximidade. E, exatamente porque não se trata de uma diferença qualquer, é que produz o estranhamento que detona os impulsos hostis contra aqueles que estão apenas um *pouco mais além do espelho*.

Levando o fenômeno do narcisismo das pequenas diferenças ao paroxismo, desembocamos na segregação e no racismo, tal como os definem a psicanálise: a repulsa do sujeito ao que lhe é mais íntimo é tomado pelo eu/massa como objeto externo, a quem se endereça o ódio: o estrangeiro. Esse potencial de exclusão, situado para além de uma diferenciação entre o “eu” e o “outro” visa, justamente, toda a eliminação da diferença. O horror ao não familiar tornou-se, na modernidade, uma arma política do ideal de normalização da sociedade.

No contexto dessa interpretação, o discurso de Hitler é exemplar, pois permite perceber com clareza o que Freud compreendia como pequena diferença: “O judeu habita em nós; porém, é mais fácil comba-

tê-lo sob sua forma corporal, do que sob a forma de um demônio invisível”. (Zalozsycy, 1993, p.2) Essa fantasia violenta e homicida é um exemplo preciso de como, em última instância, a manipulação pura e simples do ódio se serve da dimensão agressiva do sujeito quando face a face com a inquietante estranheza do outro, aquilo que lhe é a um só tempo o mais íntimo e o mais exterior. A invenção do *campo de extermínio* ultrapassou a simples vontade de uniformização dos indivíduos ou a tendência dos homens em apagar a diferença no interior do grupo e passá-la para fora. Ela propõe o pior: a eliminação de qualquer diferença, mesmo quando fora do conjunto.

A rigor, lógica freudiana da psicologia das massas é excepcionalmente adequada para nortear a compreensão do que hoje conhecemos como o totalitarismo, o regime onde a lei se confunde com a vontade do *Führer*. Freud anteviu, de maneira impressionante, alguns anos antes da eclosão do nazismo, o retorno da religião ao político, na função que Hitler ocupou, ao ser colocado no lugar do ideal de eu pelos membros da massa. De uma maneira geral, podemos dizer que a concepção de *narcisismo das pequenas diferenças* se antecipa, ainda que se diferencie por razões de enfoque, a alguns conceitos forjados por pensadores que se dedicaram a refletir sobre as crises do mundo contemporâneo - o preconceito, as organizações fascistas e totalitárias. Por exemplo, o conceito de *inimigo objetivo* de Hanna Arendt - o grupo que, a critério da liderança totalitária, é eliminado em nome da ideologia da máquina estatal - aproxima-se da idéia freudiana de que o projeto de discriminar e isolar, é parte integrante da estrutura das massas políticas e religiosas, e do fortalecimento do Estado.

De maneira convincente, em “Mal estar na cultura”, Freud faz alusão ao fato de não ter sido por mero acaso que o sonho de um império germânico universal tenha precisado criar o anti-semitismo como seu complemento. O Reich alemão logrou insta-

lar a segregação e a intolerância como meio de garantir o sucesso de sua unidade política. O fortalecimento da cultura anti-semita, do ponto de vista da psicanálise, se dava às custas de uma compulsão à repetição violenta e opressiva de impor critérios ideais à maioria e esgotar a alteridade do outro. Em termos freudianos, ao legitimar a violência social contra o bode expiatório que ele próprio criou, o Estado perfeitamente racionalista fazia uso de um dispositivo passional inconsciente. Ao obrigar o sujeito a escolher seu objetos de amor no interior do grupo, abolia, de imediato, a proibição simbólica do incesto. Esta estratégia de burlar a castração imposta pela lei paterna, marcar um revés fundamental: a organização social fica ordenada sob a égide de um regime plantado sobre a denegação da morte e do narcisismo ilimitado.

Nos anos 30, quando a destruição já se anunciava no horizonte, Freud (1974e), convidado a debater com Einstein sobre o tema “Por que a guerra?”, endereça ao físico, a seguinte questão: “Por que nos revoltamos tanto contra a guerra, o senhor e eu, e tantos outros, por que não a aceitamos como uma entre outras tantas necessidades penosas da vida”? Com seu estilo de escrita inconfundível, responde à pergunta de modo inteiramente inusitado. Longe de considerar, como era de se esperar, que a recusa à barbárie é consequência imediata da lógica da razão, afirma que para alguns homens o horror à guerra, a expulsão das sementes de barbárie de dentro de si mesmo, resulta, provavelmente, de um determinismo quase orgânico.

De que forma isto teria ocorrido? Expondo sua última posição sobre a guerra, Freud considera que ao longo do processo civilizatório, determinados gozos inmensuráveis que o homem um dia experimentou foram sendo reprimidos, a ponto de determinar fundamentos orgânicos nas modificações de cânones estéticos e éticos da humanidade. Ou seja, do ponto de vista da psicanálise, no curso da História, as

repressões sobre as satisfações agressivas mais primitivas adquiriram uma característica transmissível. Isto é o que determina que o gozo obtido pelo bárbaro seja indiferente ou mesmo insuportável, para alguns homens. Ainda que poucos, por razões de “degradações estéticas” que a destruição inflige, estes homens tornaram-se pacifistas de modo absolutamente singular.

Mas a psicanálise não pode nutrir ilusões: quando o homem experimenta o horror da guerra diante das crueldades perpetradas, isto se dá porque, no lugar da vítima, imagina um de seus familiares ou amigos. Seu narcisismo fica ferido no momento em que se identifica com a vítima. Por outro lado, qualquer comoção de ordem caridosa despida da responsabilidade que cada um deve abrigar em si mesmo, é igualmente inócua e perigosa: pode se tornar um alibi aos próprios assassinos que, rápida e cinicamente, transformam-se em arautos da paz e assim se desculpabilizam. Apenas a aversão estética e ética, experimentada por poucos, situada mais além do ideal de erradicar o mal, ou da ilusão da construção de um mundo sem violência e sem ódio, é capaz de minorar a experiência da barbárie no plano político. Por isso Freud, em sua resposta a Einstein, chega a afirmar que a indignação contra a guerra significa, para os pacifistas, simplesmente uma “intolerância constitucional, uma idiosincrasia”. (Freud, 1933/ 1974e, p.198)

E talvez o uso da expressão “intolerância constitucional” tenha sido apenas um recurso da retórica freudiana, para falar sobre uma estratégia de combate que só pode emergir no campo da ética do outro. Nesse campo foi categórico: o antídoto contra o traço compulsivo e indestrutível de assimilar, humilhar, destruir e infligir dores ao outro que a humanidade carrega, é manter a chama do desejo de construir a vida permanente e infinitamente acesa. Para melhor compreender essa posição, nada melhor do que evocar a recomendação de velhos intérpretes do Antigo

Testamento, de ler o Mandamento bíblico, “Não matarás”, pelo avesso, sob o signo do desejo: “Farás tudo para que o outro viva”. É esta postura de compromisso com a vida que liga o freudismo ao pacifismo. Se houver um lugar específico para a psicanálise na cultura, será o de convocar a responsabilidade do sujeito pelo outro e pelo Outro.

Ainda que no plano do coletivo o analista seja impedido de exercer a clínica sob transferência (como ocorre no desenrolar da análise do sujeito), por razões éticas não pode deixar de escutar e denunciar a impunidade requerida pelos movimentos a favor da guerra, da segregação, do racismo etc.. Esta posição que impede a psicanálise de ficar neutra na luta entre o obscurantismo da barbárie e a cultura, liga-se a sua responsabilidade cívica, de modo inexorável. Espera-se de um analista que, em nenhuma circunstância, por ele distinguir as forças mais enigmáticas da natureza humana, justifique condutas que venham a colocar em risco o laço social entre os homens. Estas são questões que provocam o desejo no analista de preservar os fundamentos de sua prática: convocar a alteridade a desfazer os jogos de espelhos, direcionando o sujeito apropriar-se de sua história no reconhecimento da existência do outro.

Sem pessimismo nem tampouco otimismo, dois lados de uma mesma moedas que se contentam em enxergar apenas uma face dos problemas, Freud, que já havia muito cedo reconhecido a impossibilidade de uma humanidade pacificada com o bem, não dispensa de reconhecer que tudo aquilo que trabalha pelo desenvolvimento da cultura, trabalha também contra a guerra. Aposta concentrada na luta imbatível entre dois gigantes: o amor e a morte. Os ecos do poema bíblico, “O cântico dos cânticos” - o amor é forte é como a morte - ressoam na convicção freudiana de que Eros é forte, é como Tanatos. Até mesmo porque, que espécie de futuro nos aguarda “se não aprendermos a distrair as nossas pulsões

do ato de destruir a nossa própria espécie, se continuarmos a odiar um ao outro por pequenas disputas e matar um ao outro por um ganho mesquinho?” (Freud, 1930-1929/ 1974b, p.111)

Na realidade, Freud demonstra com a própria vida o que diz. Em 1934, quando os nazistas jogaram nas fogueiras de Berlim seus livros e escritos, pelo fato de ser um judeu, não se deixou intimidar pelo arbítrio do tirano: se lhe queimavam os livros, restava-lhe recolher as letras das fogueiras e escrever outros. É de certo modo nessa lógica e nessa ética que continuou produzindo sem temor e sem horror, quando o corpo do judeu se tornou objeto privilegiado da política de extermínio. Apesar de sua avançada idade e da morte que o espreitava de perto, não deixou de abrir caminho com a escrita ao devir da psicanálise. Convém sempre lembrar Freud: na ocasião em que foi preciso fugir da Áustria anexada pelo Reich alemão, Freud, propôs aos analistas presentes à última reunião da Sociedade Psicanalítica de Viena que no exílio, procurassem pedir licença para continuar o trabalho analítico e a transmissão da psicanálise na “diáspora”. Nesse momento difícil, apesar das decepções, dores e exílio forçado, Freud deixa transparecer uma esperança: para que a psicanálise se faça mais forte do que a destruição e se sobreponha ao terror da história, seus avanços devem de ser garantidos na cultura pela escuta da inesgotável melodia da pulsão.

Para tanto, nenhum analista pode, a rigor, alimentar o sonho de um futuro messiânico que possa vencer a tendência do homem ao estado inanimado. Tampouco deve regar o pessimismo desenfreado de que Tanatos conduzirá à extinção da raça humana. Segundo Freud, estes são falsos dilemas que implicam na tendência a apagar todas as diferenças no interior das reflexões e críticas sobre os destinos da cultura e o futuro da psicanálise.

Quanto as questões atuais da cultura, mais de cem anos depois do nascimento da psicanálise, ninguém pode ignorar que nos dias atuais ressurgem a dimensão catas-

trófica do psiquismo. Suas origens são anteriores à elaboração e à libertação do pai da horda. Essa mesma dimensão catastrófica abre uma brecha no centro de novas formas do mal-estar na civilização: a passagem ao ato violento na delinqüência, a toxicomania, o totalitarismo que se coloca acima da lei, o fundamentalismo como instrumento da lei divina etc. Importa salientar que a existência desses novos sintomas, põe à prova o devir da psicanálise. Sem dúvidas, o futuro da psicanálise depende da responsabilidade do analista em manter seu trabalho voltado à dinâmica psíquica do sujeito, individual ou coletivo, sem abrir mão do rigor dos conceitos freudianos.

REFERÊNCIAS

- Freud, S. (1974a) *Psicología de las masas y análisis del yo*. In. *Obras completas*. Amorroutu, Buenos Aires. (Original de 1921)
- _____. (1974b) “El malestar en la cultura”. In. *Obras completas*. Amorroutu. Buenos Aires. (Original de 1930[1929]).
- _____. (1974c) “Moisés y la religión monoteísta”. In. *Obras completas*. Amorroutu, Buenos Aires. (Original de 1939)
- _____. (1974d) *Tótem y tabú*. In *Obras completas*, Amorroutu, Buenos Aires. (Original de 1913[1912]).
- _____. (1974e) “Por qué la guerra”? In *Obras completas*, Amorroutu, B. Aires. (Original de 1933).
- Zalozscye, Armand.(1993) “Remarques sur la ségrégation juif dans le nazisme”, *La Lettre*, n. 2, p.2, Paris.

¹ Dra. Betty Bernardo Fuks. Psicanalista. Professora do Mestrado em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida (RJ). Autora de: 1) *Freud e a judeidade: a vocação do exílio*, J. Zahar editor, Rio de Janeiro, 2000, 2) *Freud e a Cultura*, J. Zahar, editor, Rio de Janeiro, 2003. Endereço: Av. Rui Barbosa, 500 ap. 602. Flamengo, 22250-000, Rio de Janeiro-RJ. betty.fuks@gmail.com.